

**MEMÓRIA E GÊNERO: A Inserção Da Mulher Na Polícia Militar Do Piauí
(1985-1998)**

Maryelle Fernanda Rodrigues dos Santos Nascimento

Universidade Federal do Piauí

flordelis_mary@hotmail.com

Resumo: O presente estudo versa sobre a inserção da mulher na Polícia Militar no Piauí, entre os anos de 1985 a 1998. O marco inicial baseia-se na entrada das primeiras mulheres na corporação, onde lançaram as bases para que outras ingressassem no serviço policial no Estado, o ano de 1998 foi o momento de unificação dos quadros feminino e masculino na instituição, após um período em que as policiais pertenceram à Companhia Feminina. A metodologia utilizada na construção do artigo foi a pesquisa bibliográfica com utilização de autores que ocupam-se sobre a relação entre história, memória e gênero. Para alicerçar a pesquisa, buscou-se aportes que permitissem o entrelaçamento dessas temáticas, bem como possibilitassem a compreensão das transformações pelas quais a sociedade passou e a inquietação dos movimentos femininos e feministas na busca pela equidade de direitos e visibilidade da mulher na sociedade, caminhos para se elucidar algumas questões. A relevância do tema se alicerça no fato de a temática sobre mulheres policiais militares no Estado do Piauí ser pouco explorada e necessitar de análises aprofundadas sobre as relações de poder, uma vez que este é um ambiente composto por homens durante anos. Para fundamentação teórica, trouxeram primorosas contribuições autores como Halbwachs (2006), Le Goff (2003), Nora (1993), dentre outros.

Palavras-chave: Mulheres. Gênero. Polícia Militar. Relações de poder.

1.INTRODUÇÃO

Ao longo da História, o gênero feminino foi relegado a um papel secundário na sociedade. O que determinaria o curso da sua vida seria a condição biológica com a qual nasceu e seu papel de mãe e esposa deveria ser exercido com plena destreza sendo a profissão algo deixado de lado, algumas vezes pensado, mas, por conta das pressões sociais, não deixava de ser um sonho. Dentro de uma perspectiva histórica, vislumbram-se discussões sobre o fato de ser mulher como algo socialmente construído, que vai para além de traços biológicos. Joan Scott (1990) contribui nessa perspectiva com um viés relacional e analítico, no qual propõe que a categoria de gênero é fator constitutivo das

relações sociais entre os sexos e também um primeiro modo de estabelecer significados as relações de poder.

O movimento feminista alavancou as discussões em torno do papel social da mulher e as demandas sociais oriundas do novo olhar que esta lança sobre si. À historiografia cabe o papel de discutir os caminhos que levaram às novas indagações e os momentos históricos que favoreceram essas manifestações. Esses aspectos revelam o papel fundamental dos movimentos sociais no entendimento sobre as relações sociais, bem como na eleição e ampliação de pautas para que pontos de vistas sejam expandidos, construindo um novo percurso que por anos parecia estanque, mas a sociedade e a sua história estando em movimento mudam em consonância e precisam ser analisadas de forma séria e, nesse sentido, as contribuições históricas são primordiais.

O objetivo deste artigo é analisar a história e as concepções acerca da memória como fatores constituintes de uma identidade e de uma compreensão de si e do outro, a saber a inserção da mulher na Polícia Militar do Piauí. Para a seleção das fontes e a estruturação do objeto de pesquisa foi utilizada a categoria de gênero como eixo basilar das discussões. Conforme percepções da pesquisadora Joan Scott (1990), o gênero possibilita a compreensão acerca das constituições das relações sociais tendo como suporte os significados construídos por meio das disputas sexuais. Percebe-se, a partir as análises que práticas, que discursos e símbolos guiam a edificação dos elementos componentes das relações de poder. Portanto, as disparidades estabelecidas historicamente entre feminilidades e masculinidades são perpassadas por relações de poder, as quais são compostas pelos processos de organização das permanências na representação binária do sexo, bem como pelas edificações das identidades em relação aos espaços sociais historicamente delimitados.

A Polícia Militar do Piauí foi criada no ano de 1835, inicialmente constituída unicamente por homens dentro da lógica de força e manutenção da ordem e para isso contariam a virilidade atrelada ao gênero masculino. Somente 150 anos depois de sua institucionalização a mulher é inserida no quadro de policiais, obedecendo a redemocratização no Brasil e atendendo as novas perspectivas da sociedade quanto ao trabalho exercido pela polícia. Algumas dificuldades ainda são percebidas no que

concerne a limitação para o enquadramento feminino na corporação, apenas 10% das vagas no certame são destinadas as mulheres.

O presente trabalho torna-se relevante ao passo que propõe discutir a importância da inserção da mulher na Polícia Militar do Piauí, uma corporação secular, mas que ainda mantém em sua estrutura hierárquica aspectos que pouco mudaram durante esse período, pois observa-se que as relações de gênero e poder estabelecidas permanecem através da limitação da entrada feminina no efetivo, bem como o número reduzido de mulheres que compõem as altas patentes militares no Estado.

As polícias de um modo geral na historiografia brasileira são pouco estudadas dada a sua rigidez no fornecimento de informações e por durante um longo tempo haver se distanciado da sociedade e da academia, principalmente durante o período da ditadura militar. Analisar a trajetória da polícia militar no Piauí tendo como elemento central a figura feminina propicia a compreensão tanto do elemento militar quanto da categoria de gênero frente as relações de poder. Por se tratar de uma corporação centenária, mas que insere a mulher em um novo contexto trazendo novas perspectivas, demonstrando que a mulher tem alcançado mesmo a passos lentos seu lugar em todos os âmbitos sociais e que se debruçar sobre tais questões se torna tão primordial.

2. MULHERES NA POLÍCIA MILITAR: IDENTIDADE, MEMÓRIA E GÊNERO

O enquadramento das mulheres na Polícia Militar do Piauí se deu no ano de 1985, coincidindo com o processo de redemocratização no país. Algumas pesquisadoras que tratam acerca da temática, tais como Soares e Musumeci (2004), Cappelle e Melo (2007), pontuam que nesse momento a corporação passa por arranjos que almejavam deixar de lado o aspecto truculento que a instituição constituiu durante anos, principalmente no decurso da Ditadura Militar. Por tanto, o elemento feminino é inserido nesse contexto como uma forma de suavizar as tensões entre a sociedade civil e a polícia.

O quartel pode ser entendido aqui como o que postula Pierre Nora (1993): como um lugar de memória, se constituindo sobretudo como um espaço de vivência, onde por anos as masculinidades se organizaram e fundaram identidades e no qual as mulheres por

anos foram deixadas de fora por questões ligadas às tradições sociais edificadas por uma cultura androcêntrica e excludente.

As identidades são internalizadas e concretizadas nas relações formadas em espaços sociais e não estão distantes das tensões e incoerências existentes no processo de estruturação. Corroborando com o exposto, Hall (2014) assevera que um mesmo indivíduo pode assumir diferentes identidades, que estão atreladas aos espaços sociais em que constrói suas vivências e em relação a outras identidades. Pode-se verificar então que uma mulher pode transitar em todos os espaços e em todos eles constituir identidades, ela pode ser mãe e ao mesmo tempo militar, assume funções de acordo com o local em que está inserida.

Quando se analisa a categoria de gênero nos estudos de história e sob a luz da memória, estrutura-se uma composição dinâmica das relações sociais e simbólicas tendo o passado como ponto de referência, fonte da qual se pode obter informações elucidativas a respeito da construção identitária social e de gênero de uma camada social ou institucional, abrindo-se a possibilidade de lançar um olhar crítico sobre os discursos que se edificaram acerca da invisibilidade das mulheres.

Para Michelle Perrot (1989), a memória é determinada por papéis sociais. No transcurso das construções sociais das posições desempenhadas por homens e mulheres, pode-se perceber que muitas vezes o que é estabelecido pode sofrer variações, a exemplo, da mulher na Polícia Militar onde a instituição por anos foi composta majoritariamente por homens, verifica-se então que as policiais assumem funções que antes não eram dadas a elas, mas conquistadas através das lutas dos movimentos feministas e do processo de redemocratização que trouxe uma nova necessidade aos quadros sociais na procura por estabelecer uma melhor relação entre a sociedade e a polícia.

Investigar e compreender a memória de um grupo é realizar um processo transcendente, pois faz com que verdades sejam desveladas e os pensamentos erigidos pelos grupos que se projetam ao longo do fazer histórico seja analisado. Antes dos movimentos feministas, se delineavam na história agentes balizados pelas relações de poder, com narrativas que reforçavam a importância de homens e seus feitos dentro de

uma perceptiva pouco crítica fortalecendo então a identidade de um indivíduo pertencente a uma categoria universal.

Ao estudar as mulheres policiais a respeito de suas memórias e vivências é permitido que a sociedade conheça suas perspectivas, possibilitando um maior entendimento de suas lutas para se estabelecerem em um espaço que nem sempre foi ocupado por elas e regido por uma forte hierarquia masculina. Ao permitir que outras categorias se sintam pertencentes à história, revelam-se suas singularidades, descobre-se seus anseios e peculiaridades, bom como suas concepções forjadas em uma experiência histórica feminina seja ela individual ou coletiva.

A requisição da memória individual ou coletiva das mulheres dentro de um grupo social cumpre o papel de reconstituir e apoderar-se de um passado coletivo, o que favorece a compreensão do presente, possibilitando o entendimento de acontecimentos simbólicos e significativos.

O resgate da memória das mulheres favorece o processo de conhecimento da realidade experienciada por elas, desmistificando visões discriminatórias e de continuísmo de um discurso de poder que representam o homem como categoria central de um discurso sexista. Tais memórias colocam-nas em um cenário de retomada de consciência, apontando que fazem parte de um processo histórico dinâmico e que permite ressignificação dos papéis femininos na sociedade.

Quando se parte da memória para compreender concepções de gênero, verifica-se que a discursão em torno da temática permite a libertação dos indivíduos perante a negativa de sua identidade determinada historicamente pelo discurso do patriarcado como legitimador da dominação e subordinação feminina. Ao se apropriar de suas próprias histórias e trilhar um caminho de reconhecimento pela historiografia atual, as mulheres se apropriam de suas próprias histórias, analisando o passado o que permite assumir os problemas do presente com novas perspectivas para o futuro.

Le Goff (1994), parte da premissa de que a memória é a capacidade de preservar algumas informações e está relacionada a uma ampla função psíquica. Ela oportuniza que se acesse informações do passado atribuindo-lhe por vezes novas significações,

compreender e estruturar ideias, propagar experiências e definir-se a si mesma, isto é, podendo intervir no processo social.

O passado é trazido à tona por questionamentos que os sujeitos se fazem no presente com vistas a responder concepções futuras. As memórias se coadunam e se edificam no intuito de explorar as percepções acerca das experiências do passado com o propósito de explicitá-las seletivamente e coerentemente em um contexto que dê conta das perspectivas de um indivíduo em sociedade. É consentâneo inferir que a memória é algo por construir, porém quando se atrelar a uma lembrança, faz-se um exercício heurístico necessário que propicia uma reflexão e faz aflorar uma história silenciada.

A memória pode ser entendida como uma construção do que se quer representar do passado experienciado. Mesmo as memórias sendo únicas, um sujeito não recorda sozinho, sempre está inserido em um contexto coletivo que o ajuda rememorar. Os sujeitos se expressam individual e coletivamente, quando criam e compartilham suas lembranças, esta na perspectiva coletiva se apresenta a partir da recordação individual.

Corroborando com o exposto, Halbwachs (2006) teoriza:

[...] nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem.

Pollak (1992) compreende que a memória é um fator que constitui o sentimento de identidade, dentro do âmbito individual e coletivo, ao passo que ela é um elemento relevante do sentimento de reconhecimento e ligação de um indivíduo ou de um grupo na reestruturação de si.

As memórias de mulheres inscritas em grupos sociais, culturais, políticos, trabalhistas, dentre outros, estruturam um apanhado de memórias partilhadas socializadas por meio do gênero. A junção dessas memórias é pontuada por um legado de tradições e memórias individuais com consistente organização social e um arcabouço cultural advindo das instituições.

É legítimo dizer que quando mulheres expõe acontecimentos dos quais participaram, o coletivo está intrínseco no seu modo de relatar os fatos, nas suas interpretações, nas suas reflexões acerca de suas vivências.

3. MULHERES POLICIAIS: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA INSERÇÃO DAS MULHERES NA POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ

Segundo Bretas e Rosemberg (2013) são recentes os estudos historiográficos que elegem a polícia como tema de pesquisa, somente na década de 1960 é que a instituição ganhou maior interesse acadêmico, dentre os fatores explicativos para esse fato os autores elencam as agitações raciais e as que ocorriam no âmbito estudantil. Durante os anos de chumbo a instituição era vista de modo truculento e se distanciava tanto da sociedade civil como das universidades, tornando os estudos a seu respeito mais limitados. De acordo com o exposto os referidos estudiosos explanaram:

No quadro da ditadura, a aproximação universidade/polícia era recusada de ambos os lados. Mesmo em países democráticos, a polícia via a aproximação acadêmica com enorme desconfiança, dificultando muito o acesso à informação. Para as polícias, desde sua constituição, informação é um dos bens mais valiosos, significa poder [...] (2013, p. 163-164)

No que concerne a constituição da polícia com aparato estatal e regulador da ordem, Ribeiro (2011) pontua que sua origem teve início com a chegada da família real portuguesa em nossas terras, pois seria necessário um aparelho que facilitasse a organização e segurança, para tanto foi criada no ano de 1809 a Guarda Nacional de Polícia o que resultou nas atuais corporações militares, ponto primordial para os desdobramentos acerca da estruturação das polícias, possibilitando a reflexão em torno da qual a instituição surgiu e qual seu papel na sociedade.

Os historiadores Laécio Barros Dias e Aelson Barros Dias (2010) asseveram que a polícia militar do Piauí emerge no contexto de um Brasil que surgia como uma nação livre, sendo pertinente compreender a corporação a partir da atuação da sociedade piauiense a partir dos enfrentamentos pela independência do país.

A Polícia Militar piauiense se instituiu a partir da promulgação da Resolução nº 13 de 25 de junho de 1835 pelo então presidente da província, o Barão da Parnaíba. O primeiro comandante responsável pelo Corpo de Polícia do Piauí foi o Capitão Antonio de Sousa Mendes. O documento que constituiu a corporação trazia a seguinte deliberação:

Art. 1º - Fica criado nesta Província do Piauí um Corpo de tropas de Polícia, composto de um Estado-Maior e duas Companhias, com a força total de 309 praças.

Art. 2º - O Estado-Maior constará de um capitão comandante, 1 sargento-ajudante, 2 alferes, 1 1º sargento, 2 2º sargentos, 1 furriel, 8 cabos, 2 corneteiros e 136 soldados. (DIAS, Laécio B. ; DIAS, Aelson B, 2010, p. 17)

Frente ao exposto, verifica-se, portanto, a qual grupo o ambiente militar estaria constituído, o elemento feminino como integrante daquele espaço só seria inserido em 1985, pois no momento histórico no qual a Polícia Militar se estrutura, a mulher deveria estar inserida no contexto da vida familiar no âmbito privado e ao homem caberia prover o lar e a polícia era uma das possibilidades de emprego para os homens.

Em consonância com a concepção entre o público e o privado no que concerne as relações de gênero e as instâncias que eram cabíveis a homens e mulheres Castelo Branco (2013, p.141)

À mulher, por ser considerada mais frágil e afetiva, caberia o espaço privado; por outro lado, o homem, por pautar seus comportamentos na racionalidade e no uso da inteligência, exerceria suas funções sociais no espaço público. Esses eram os modelos sociais aceitos e valorizados.

No que tange a inserção da mulher nos quadros da polícia, Calazans (2004) faz um breve apanhado histórico de países como Estados Unidos, onde o número de policiais femininas no ano de 1997 ainda não ultrapassava os 12%; a França utilizou seu contingente em trabalhos que ressaltavam a condição maternal, pois as policiais trabalhavam com crianças em situação de risco e prestando serviços de vigilância pública. A esse respeito a autora pontua que quando a condição da mulher policial é trazida para o debate, sob ela é lançado um olhar naturalista, que enaltece o lado apaziguador e menos violento.

No Brasil o pioneiro na inserção da mulher na Polícia Militar foi o estado de São Paulo, no ano de 1955 através do decreto nº 24. 584, instituindo na Guarda Civil o corpo de Policiamento Especial Feminino, chefiado por Hilda Macêdo, esta tornou-se a primeira comandante mulher da polícia militar. Nos anos iniciais as policiais femininas atuaram no campo preventivo e como força de apoio de alguns órgãos.

O Brasil então estava em consonância com as perspectivas mundiais de inserção da mulher na instituição policial onde costumes estavam enraizados dentro de um olhar masculino, mas com as transformações sociais novos horizontes se potencializam. Calazans (2004) acredita que a introdução em âmbito mundial do gênero feminino na polícia está atrelada aos seguintes aspectos:

[...] na Europa, o contexto do recrutamento de mulheres situa-se em momentos de crise das forças policiais (por exemplo, deslocamento do efetivo masculino em períodos de guerra, ou crises de credibilidade, com forte deterioração da imagem pública das polícias); existência de uma cultura policial feminina, que estaria identificada e valorizaria as formas preventivas – portanto, menos truculentas – de policiamento; a despeito dessa realidade, há restrições às tarefas femininas, sustentadas na noção de que as mulheres não são capazes de assumir todas as formas de ação de polícia e a consequente tendência de atribuir-lhes sobretudo funções burocráticas ou atividades associadas, no imaginário, a extensões do mundo doméstico; necessidade de equiparação de oportunidades (investimento em ações antidiscriminatórias e no enfrentamento dos casos de assédio sexual). (CALAZANS, 2004, p. 143-144)

As mulheres entraram nas polícias do mundo como uma forma de se buscar outros valores mais de acordo com a realidade atual, como a inteligência em detrimento da força física repressiva, uma inovação no serviço policial militar. Sua entrada propiciou uma mudança na forma de atuação destas instituições, com elas foi possível uma transformação na maneira de se posicionar diante das diversas situações em que sua participação fosse essencial.

O processo transformador de enquadramento da mulher na polícia encontra alguns entraves haja vista ser um espaço majoritariamente masculino, onde por vezes é vista como incapaz de realizar todas as atividades no interior da corporação cabendo a ela realizar trabalho preventivo e burocrático. Logo entre os policiais é praticamente destinada as atividades operacionais. Corroborando com o exposto Cappelle e Melo (2007, p. 8) explicitam:

Mesmo designadas como operacionais, o trabalho de muitas policiais envolvem sua atuação com o atendimento ao público em geral, como telefonistas ou recepcionistas das unidades operacionais, como sentinelas na entrada dos batalhões, em escolas, e assessorando departamentos administrativos.

No Brasil, a concentração de mulheres na polícia teve seu início na década de 1980. O país vivenciava um ambiente interno favorável em consequência da abertura política e posterior fase de redemocratização, pois nesse momento é valorizado o diálogo entre os vários segmentos sociais e o aparelho estatal. Para a polícia era importante que novas características fossem atreladas a corporação, para que fosse deixada no passado a memória de uma instituição repressiva e violenta tão difundida no período da Ditadura. Era necessária uma polícia voltada ao diálogo ao invés de força física.

A esse respeito, Calazans (2004, p. 144) versa:

Passaram-se a buscar outros valores condizentes com a realidade atual, como a inteligência, a capacidade de resolução de conflitos, a inovação e o trabalho em equipe, uma vez que os policiais defrontam-se com novas situações em que não é tão necessária a força física, tais como a redução de situações potencialmente violentas e conflituosas e o atendimento a coletivos que exigem tratamento diferenciado.

Partindo desse pressuposto de uma nova ideia de polícia, as mulheres podem contribuir com sua força de trabalho, uma vez que as necessidades prementes da polícia podem ser desempenhadas tanto por homens quanto por mulheres. De acordo com Cantuário (2008):

A inserção feminina na polícia encontrou justificativa a partir de uma perspectiva das relações de gênero, isto é, tornar-se homem e mulher não depende de uma determinação biológica, mas sim do campo histórico, social e cultural, em que se percebeu que as habilidades requeridas na polícia poderiam ser também desempenhadas pelas mulheres. (p. 103-104)

As mulheres foram inseridas na instituição policial com o intuito de que fizessem o trabalho que não é permitido ao homem realizar, por exemplo a revista em mulheres. Cappelle e Melo (2007, p.8) expõem:

A função de revistar outras mulheres é um trabalho típico daquele que não pode, ou não deve, ser realizado pelos policiais masculinos e uma das origens da necessidade de se incluírem mulheres na PM. É numa dessas funções que se evidencia a segregação horizontal que elas enfrentam.

Evidencia-se a longa jornada a ser percorrida pelas mulheres no interior da polícia, pois é visível a diferenciação entre atividades realizadas pelos homens e mulheres no âmbito operacional da instituição, também verificada através da dificuldade de se alcançar atos cargos hierárquicos. Tal fato está associado as práticas sociais enraizadas nas instituições pautadas em discursos machistas.

No Piauí, a mulher adentra a caserna através da Lei 4. 012 de 21 de outubro de 1985, que preconizava a criação do Quadro de Policiais Militares Femininas, instituía-se um novo agente no interior da polícia militar, elemento que teria prerrogativa de humanizar o aparelho de segurança pública, por trazer uma carga historicamente constituída configurada no ser maternal. Às mulheres policiais cumpriram a tarefa de mediar a relação entre a instituição e a sociedade, contribuindo para a modernização institucional.

Segundo Sousa (2009), o comandante que esteve à frente da Polícia Militar do Piauí quando da realização do primeiro concurso para ingresso feminino na corporação, foi o Coronel José Rodrigues. O certame concedeu o provimento de duas vagas para oficiais, sendo elas ocupadas por Solange Maria Macedo e Júlia Beatriz Almeida, atualmente ambas são as únicas mulheres que ocupam o posto de coronel, grau hierárquico mais alto da corporação. Acerca da inserção das mulheres na PMPI, a referida autora expõe:

No ano de 1985, foi realizado o primeiro concurso para o preenchimento de vagas femininas no Curso de Formação de Oficiais/CFO, e as primeiras mulheres que lograram êxito foram Solange Maria Macedo e Júlia Beatriz Pires de Almeida. Ambas foram aprovadas e, estando aptas, iniciaram a trajetória feminina nos quadros da Polícia Militar do Piauí. O Curso de Formação de Oficiais foi realizado na Academia de Polícia Militar do Pau d'Alho, em Pernambuco. O CFO foi feito fora do Estado por não haver, na época, no Piauí, uma Academia ou qualquer outra Instituição que formasse Oficiais masculinos ou femininos. (p. 28)

Para que o quadro de policiais femininas fosse incrementado, em 1987, foram abertas inscrições para concurso público para o Curso de Formação de Sargentos Femininos (CFS/ PM Fem) da Polícia Militar do Piauí. Após realizadas as etapas do processo admissional, as futuras Sargentos, realizaram o curso de formação nos Estados

do Pará e Paraná durante nove meses, posteriormente ao término do curso as mesmas retornariam ao Piauí com a graduação de Terceiro Sargento (3º Sgt) (SOUSA, 2009).

Porém somente em 1992 foi criada a Companhia Feminina, formada por 70 mulheres, oriundas de concurso público cuja as etapas eram compostas por provas de conhecimento específico e aptidão física, as mulheres que lograram êxito no certame dividiram-se entre cabos e soldados. A Companhia efetivou suas atividades em 1993, no ano seguinte foi realizado novo concurso com um total de 80 vagas para praças e dessas 20 seriam destinadas a formação de sargento que seriam preenchidas pelas primeiras colocadas no concurso.

A Companhia Feminina existiu até 1998 com sua extinção, as agentes foram incorporadas aos quadros efetivos da polícia militar unificando na instituição os elementos masculinos e femininos. Segundo Schactae (2014, p. 3)

Vale destacar que a Polícia Feminina foi ao mesmo tempo uma inovação — a instituição deixou de ser exclusividade dos homens — e uma afirmação da tradição, pois sua existência reafirma o domínio masculino. É a partir da relação entre a inovação e a tradição que foi instituída a Polícia Militar Feminina como um lugar de contradição. O capital simbólico institucional foi construído para ser incorporado por homens.

A mulher na polícia militar e seu enfoque como objeto de pesquisa engendra uma nova percepção dos papéis sociais, pois vislumbra compreender os caminhos percorridos pelas policiais em um ambiente majoritariamente masculino e com forte hierarquia de poder. As perspectivas relacionadas ao gênero atreladas as relações de poder encontram bases no estudo de Foucault (2014), este pontua o poder como sendo algo dinâmico e flexível onde o mesmo perpassa as micro e macrorrelações, manifestando-se nas várias instancias sejam nos discursos, atos, bem como em outras extensões. Portanto, pode-se perceber que o poder não é estático e circunda as diversas esferas sociais. Neste viés o referido estudioso explicita:

O poder não existe, existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. É, que funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em lugar nenhum privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação. (p. 17)

Ao analisar a polícia militar e mais especificamente a figura da mulher como um novo elemento no ambiente policial, ainda se percebe permanências da rigidez hierárquica uma vez que esta se constitui como um elemento próprio da corporação do que propriamente uma ruptura de uma tradição.

Frente ao exposto é pertinente ressaltar que mesmo com a inserção da mulher na Polícia Militar no Piauí, muito ainda tem para ser conquistado, uma vez que a rigidez hierárquica, fortalece as relações de poder e dominação simbólica.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração a análise descrita nesse artigo, é apropriado pontuar que o processo de reconhecimento da mulher enquanto agente histórico passou por uma longa transformação, oriundas das disputas dos movimentos feministas em prol de visibilidade e busca de direitos sociais, políticos e direito ao corpo. Estudos realizados nos mais diversos países demonstram os avanços quanto as discussões em torno do gênero, das relações de poder estabelecida durante século e que as mulheres aos poucos foram sendo trazidas à cena e tendo suas histórias reveladas, demonstrando força nas suas posições mesmo em ambientes dominados pelas masculinidades.

Investigar a história das mulheres através de sua memória e percebendo a construção de uma identidade e apresentá-las a sociedade, é o passo primordial para o empoderamento das mesmas uma vez que possibilita a construção de um novo conhecimento sobre si e sobre o outro, a edificação de um senso crítico frente as situações cotidianas de preconceito que ainda permeiam o meio social.

O presente artigo teve como objetivo traçar os caminhos históricos pelas quais o estudo de gênero passou, sob a luz de teóricos que versam sobre memória e identidade ampliando os conhecimentos e fazendo com que se entenda a trajetória das mulheres para sua entrada na Polícia Militar do Piauí no ano de 1985, compreende-se que uma nova porta se abriu na inserção da mulher em outros espaços principalmente aquele no qual o homem era elemento predominante, mas muitas conquistas ainda precisam ser realizadas haja vista a rigidez própria da corporação.

As mulheres que no passado foram alijadas do mundo do trabalho, da educação, agora conquistam seu espaço a cada degrau no âmbito da segurança pública, não em pé de igualdade com seus pares masculinos, pois o número de mulheres nas corporações ainda é pequeno principalmente nos altos cargos da instituição. O primeiro passo foi realizado, precisa-se que a luta seja intensificada em busca de mais igualdade e oportunidade.

REFERÊNCIAS

BRETAS, Marcos Luís; ROSEMBERG, André. A história da Polícia no Brasil: balanço e perspectiva. Topoi, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 26, p.162-173, jan./jun. 2013.

CALAZANS, Márcia Esteves de. Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã. São Paulo Em Perspectiva, 18(1): 142-150, 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br> > Acesso em: 02. de out. de 2017

CANTUÁRIO, M.Z.A.M. Relações de gênero e ético-raciais : um recorte na Polícia Civil. A face feminina da Polícia Civil : gênero, hierarquia e poder / Glauécia Mota Brasil (org.) Fortaleza: Eduece, 2008. Pp. 99-120.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. O Cotidiano de Trabalho de Policiais Militares: Relações de Poder e de Gênero no Policiamento Operacional da Polícia Militar de Minas Gerais. XXXI Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro . 2007. 1-16. Disponível em: < <http://www.anpad.org.br> > Acesso em: 02. de out. de 2017

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Mulheres Plurais. 3 ed. Teresina; Edufpi, 2013.

DEL PRIORE, Mary. História das Mulheres: As vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). Historiografia Brasileira em Perspectiva. São Paulo: Contexto, 1998, p. 220.

DIAS, Laécio B. ; DIAS, Aelson B. . A História da Polícia Militar do Piauí. 01. ed. Teresina: Expansão, 2010. v. 01. 108p

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

LE GOFF, Jacques. História e memória, 5ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

- NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. Projeto História, n. 10, p. 7-28, dez, 1993.
- PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. Topoi (Rio J.) [online]. 2011, vol.12, n.22,
- PERROT, Michelle. Práticas Da Memória Feminina. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 9, nº 18, p.9-19, agosto de 1989. Disponível em: <www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3846> Acesso em 20.05.2018
- POLLAK, Michel. Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Disponível em: www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf Acesso em: 10.01.2018
- POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ, BCG nº. 211 de 06 de novembro de 1985, publica a Lei nº4.012 de 21 de outubro de 1985 que cria o quadro de policiais femininos no Piauí.
- RIBEIRO, Lucas Cabral. História das polícias militares no Brasil e da Brigada Militar no Rio Grande do Sul. Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. 1-21
- SCHACTAE, Andréa Mazurok. A ordem e a margem: comportamento disciplinar para Polícia Feminina no Paraná (1977-2000) Revista Tempo | Vol. 21 n. 37 Disponível em: <www.scielo.br/pdf/tem/v21n37/1413-7704-tem-21-37-00001.pdf.>Acesso em 20.05.2018
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: Educação e realidade. Porto alegre, 16(2): 5-22, jul0dez, 1990.
- SOUSA, Elanusa Gilmara Mendes de. Trabalho monográfico. Flores de aço a Mulher na Polícia Militar Piauiense: uma história de luta e persistência. UESPI, 2009.